

Artigo

Silenciamento nas mídias tradicionais e *fake news*: o caso Ocupe Estelita como ponto de partida para uma reflexão sobre o tema

Silencio en los medios tradicionales y noticias falsas: el caso de Ocupe Estelita como punto de partida para reflexionar sobre el tema

Silencing in Traditional Media and Fake News: The Ocupe Estelita Case as a Starting Point for Reflection on the Topic

Carolina Dantas de Figueiredo¹ , Juliana do Rego Barros Alves Cavalcanti¹ 

¹Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

RESUMO

Utilizando a cobertura da ocupação do Cais José Estelita em Recife (PE) no ano de 2014, e como forma de avaliar os dez anos do movimento completados em 2024, tecemos neste artigo considerações sobre como o silenciamento sobre temas relativos ao movimento social Ocupe Estelita aponta para certo esvaziamento e descrédito da mídia corporativa que pode contribuir com a eclosão das *fake news* enquanto fenômeno social. Para isso realizou-se uma análise de jornais impressos pernambucanos entre maio e junho de 2014, comparando-se o espaço dado aos diferentes polos do debate (Movimento Ocupe Estelita e Consórcio Novo Recife), diante dos fatos acontecidos no período. A pesquisa demonstra que a cobertura dos jornais pernambucanos foi marcada por silenciamentos estratégicos que favoreceram interesses econômicos, contribuindo para a perda de credibilidade do jornalismo tradicional. Essa crise de confiança abriu espaço para a ascensão de fontes alternativas de informação, incluindo as *fake news*.

Palavras-chave: Jornalismo; Ocupe Estelita; Silenciamento; Fake News

RESUMEN

Utilizando la cobertura de la ocupación del Cais José Estelita en Recife (PE) en 2014 y, con el objetivo de evaluar los diez años del movimiento cumplidos en 2024, en este artículo presentamos consideraciones sobre cómo el silenciamiento de temas relacionados con el movimiento social Ocupe Estelita señala un cierto vacío y descrédito de los medios corporativos. Esto podría contribuir al surgimiento de las noticias falsas como fenómeno social. Para ello, se llevó a cabo un análisis de los periódicos impresos

de Pernambuco entre maio e junho de 2014, comparando o espaço dado a los diferentes lados del debate (Movimento Ocupe Estelita y Consórcio Novo Recife), considerando los eventos que tuvieron lugar durante ese período. La investigación muestra que la cobertura informativa en los periódicos pernambucanos estuvo marcada por un silenciamiento estratégico que favoreció intereses económicos, contribuyendo a la pérdida de credibilidad del periodismo tradicional. Esta crisis de confianza ha abierto el camino para el surgimiento de fuentes alternativas de información, incluidas las noticias falsas.

Palabras clave: Periodismo; Ocupe Estelita; Silenciamiento; Noticias falsas

ABSTRACT

Using the coverage of the occupation of Cais José Estelita in Recife (PE) in 2014 as a basis, and aiming to evaluate the ten years of the movement completed in 2024, we consider how the silencing of themes related to the social movement Ocupe Estelita points to a certain emptiness and discrediting of the mainstream media. This can contribute to the emergence of fake news as a social phenomenon. Therefore, an analysis of printed newspapers from Pernambuco was conducted between May and June 2014. This analysis compared the space given to the different sides of the debate (Movimento Ocupe Estelita and Consórcio Novo Recife), taking into account the events that occurred at the time. The research shows that the coverage by Pernambuco newspapers was marked by strategic silencing that favored economic interests, contributing to the loss of credibility of traditional journalism. This crisis of trust paved the way for the rise of alternative sources of information, including fake news.

Keywords: Journalism; Occupy Estelita; Silencing; Fake News

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar os silenciamentos impostos pela mídia corporativa ao movimento pernambucano Ocupe Estelita, ocorrido em 2014, bem como investigar se essas mídias reverberaram ou produziram *fake news* relacionadas ao tema. Para contextualizar essa análise, é necessário compreender as transformações recentes no campo jornalístico. O jornalismo, embora tensionado – como aponta Bourdieu (2005) – é orientado por seus agentes a partir de preceitos éticos e profissionais. De modo geral, como paradigma da profissão, parte-se do pressuposto de que se trata de uma prática factual, guiada pela imparcialidade. Essa lógica predominou ao longo do século XX, especialmente em razão do monopólio dos meios de comunicação de massa. Contudo, no século XXI, com o surgimento das redes sociais, rompe-se esse monopólio sobre a verdade, abrindo espaço para aquilo que

passou a ser conhecido como *fake news* – um fenômeno que se apoia tanto na internet quanto nas limitações contemporâneas do próprio fazer jornalístico.

O jornalismo, em função da sua relevância social enquanto instância reguladora, chegou a ser identificado no passado como o “quarto poder” referido por Moraes *et al.* (2013, p. 65-66). Revisando o conceito, os autores afirmam que:

A cumplicidade do quarto poder com os poderes dominantes faz com ele deixe de funcionar como tal, o que representa um grave problema para a democracia, pois não é possível concebê-la sem o autêntico contrapoder da opinião pública. (...) Minha proposta é que todos nós participemos da criação de um quinto poder, que se expressaria mediante a crítica ao funcionamento dos meios de comunicação, papel que antes cabia ao quarto poder.

De fato, os grandes conglomerados de mídia corporativa e sua articulação com poderes econômicos e políticos levou a certa descrença, por parte da opinião pública da imparcialidade e neutralidade, seus dois pilares e, como consequência, da evasão do público, que passa a buscar outras fontes e referências que lhes parecem confiáveis, como preconiza Moraes *et al* ao indicar a abertura de espaço para um possível quinto poder. Teorização à parte, é fato que a circulação de informações de forma autônoma nas redes sociais digitais, isto é, sem a chancela dos meios de comunicação de massa tradicionais, amplia-se na medida em que a audiência passa a questionar esses meios e se afasta deles. Não que não houvesse questionamentos antes das redes, mas é a lógica multidirecional proporcionada pela internet que permite a circulação mais abrangente de conteúdos, questionamentos e posicionamentos diversos dos usuários.

Há nisso já uma distinção fundamental, aquilo que tradicionalmente era percebido como audiência passiva Jensen; Rosengren (1990) no contexto contemporâneo. O termo usuário empregado em lugar da audiência, assim como outros (interator, agente, etc), indicam atividade por parte de quem não apenas recebe a informação, mas a coloca em circulação, produz e ajusta o conteúdo conforme diferentes contextos. Diante desta percepção, busca-se aqui indicar a eclosão das *fake news* a partir de um cenário de descrédito da mídia corporativa por

parte da audiência, ao se perceber que interesses ideológicos e mercadológico se sobrepõem aos princípios do jornalismo e provocam deliberadamente silenciamento a respeito de certos temas. Para Orlandi (1995) é possível perceber o silenciamento quando algum agente consegue romper suas barreiras, de modo que a circulação de conteúdos não vinculados às mídias tradicionais torna isso possível nas mídias digitais. Ressalta-se aqui também que a precarização do trabalho do jornalista, com desmonte das redações e fim da apuração (sendo a apuração nula ou apenas via internet) como parte do processo que conduz à circulação em larga escala das *fake news*, já que em muitos contextos o jornalista se torna mero curador de conteúdo ou mesmo reproduzidor, o que diminui a sua credibilidade diante dos fatos e capacidade de interlocução com a audiência.

Diante um cenário de desagregação do jornalismo tradicional, além dos próprios usuários outros sujeitos passam a fazer parte dos ecossistemas de mídia. Blogueiros, *Youtubers*, *Instagramers*, comentaristas do Twitter e mais recentemente *Tik Tokers*, integram aquilo que convencionou-se chamar de criadores de conteúdo e/ou influenciadores. A redução do espaço ocupado pelo jornalismo tradicional seja por questões financeiras e produtivas, seja pelo estranhamento provocado ao ficarem evidentes o silenciamento e outras estratégias de organização – e por que não dizer, manipulação – da informação pela mídia tradicional, abre espaço para múltiplos agentes produtores da informação.

O problema é que, assim como no jornalismo corporativo, agora em crise, aqui não há necessariamente compromisso com a informação, daí que *fake news* podem eclodir e ganhar amplo alcance. Sem o papel de *gatekeeper* exercido pelo jornalismo tradicional, nas redes todos estão aptos a criarem conteúdos de caráter jornalístico e postarem em suas redes. Celebidades, políticos e corporações podem produzir e disseminar informações sem a necessidade de intermediários ou de validação e tendo o emissor muitos seguidores, aquilo que é dito ganha ares de notícia ou vira notícia imediatamente.

Não é possível estabelecer, evidentemente, uma relação direta e causalística entre colapso do jornalismo tradicional, silenciamento e *fake news*. Contudo, a análise comparativa do caso do Ocupe Estelita, acontecido em Recife (PE) no ano de 2012, indica que diante do silenciamento da mídia a respeito de determinados temas que envolveram a ocupação do Cais José Estelita por manifestantes que se posicionavam contra um empreendimento imobiliário de grande porte, provocou a busca e o uso das redes sociais digitais – mais notadamente do Facebook, rede com maior número de usuários na época em que a ocupação do cais aconteceu, como forma de burlar o monopólio da mídia tradicional e divulgar informações que não estavam sendo publicadas nos jornais locais.

2 FAKE NEWS ENQUANTO FENÔMENO SÓCIO-COMUNICACIONAL

Em relação ao termo *fake news*, em 2017 o dicionário Collins (BBC Brasil, 2017) elegeu “*fake news*” como palavra do ano, isso porque houve um aumento de 365% de buscas pelo termo nas plataformas de pesquisa digitais naquele ano, o que foi motivado, entre outros fatores pela ênfase dada pelo presidente estadunidense Donald Trump ao termo ao criticar supostas notícias falsas dirigidas a si, ainda que, segundo pesquisa do Instituto da Internet da Universidade Oxford (Folha de São Paulo, 2018), a extrema direita, grupo que nos EUA mais propagou *fake news*, tenha sido responsável por eleger Trump. Paul Horner (2016), que assumidamente propagou *fake news* pró-Trump, afirmou ao Washington Post que: “ninguém checa os fatos atualmente, e foi assim que Trump foi eleito”.

Em detrimento da popularização do termo na década passada, a ideia de *fake news* não é nova, segundo o dicionário Merriam-Webster (2017) a registros da palavra ainda na década de 1890. Antes disso, em 1835 o jornal The Sun teria inventado uma notícia sobre a descoberta de vida na Lua para vender mais exemplares, mesma estratégia que viria a ser utilizada no século XXI nos chamados *clickbait*s, chamadas ou notícias de caráter falso ou sensacionalista que servem apenas para atrair usuários e gerar renda

publicitária. Ainda que sejam algo antigo e que possa ser encontrado no jornalismo em diversas circunstâncias ao longo do século XX e mesmo no século XIX como mostra o exemplo acima, as *fake news* se tornaram relevantes mais recentemente por sua produção e circulação em larga escala que feita de modo ocasional ou intencional acaba tendo impactos em sistemas sociais, econômicos e políticos.

Redes sociais e outras plataformas de compartilhamento e produção de informação permitem a produção e veiculação de textos, vídeos e imagens que passam ao largo dos grandes meios de comunicação. Com isso a noção de *gatekeeper* e o controle da informação feita pelos meios de comunicação tradicional deixam de existir. Em última instância não são mais as empresas de mídia tradicionalmente estabelecidas – originalmente como meios impressos e de radiodifusão e posteriormente nas suas versões online – que determinam o que é notícia. Na verdade, na conjuntura atual de produção e circulação de informações, muitas vezes os veículos tradicionais fazem a curadoria dos assuntos que repercutiram nas redes, fazendo uma cobertura desses assuntos a posteriori, corroborando ou, através de investigação e checagem de fatos desmentindo informações. Esta questão em particular se tornou tão relevante que há seções nos veículos de imprensa completamente voltadas à checagem de fatos (*fact-checking*) e combate às *fake news*. Note-se, contudo, que é um movimento à posteriori, de acompanhamento daquilo que é pautado pelas redes já que o jornalismo tradicional parece perder sua força para emplacar pautas.

As *fake news*, enquanto fenômeno contemporâneo, são expressões de dinâmicas comunicacionais, tecnológicas e políticas que têm desafiado os alicerces da democracia. A partir das reflexões de autores como Frias Filho (2018), Gomes e Dourado (2019), Braga (2018), Arduino e Lopes (2020), e Wardle e Derakhshan (2017), é possível compreender que este fenômeno tem implicações complexas para o jornalismo, a política e a sociedade.

Frias Filho (2018) argumenta que o termo *fake news* é, por si só, problemático, pois amalgama conceitos distintos, como desinformação deliberada e erros jornalísticos,

sem considerar as nuances que diferenciam intencionalidade de falhas humanas. Ele enfatiza a necessidade de abordar *fake news* como parte de uma crise de confiança nas instituições e nos mediadores tradicionais de informação. Esta crise de confiança, como argumenta-se aqui é provocada entre outros fatores por lacunas deixadas pelo jornalismo contemporâneo em funções das suas articulações políticas e econômicas, como quando ocorrem silenciamentos, por exemplo. Os silenciamentos dão margem para que fraturas, intencionais ou não, na cobertura da mídia corporativa sejam percebidas pelo público, dando margem à questionamentos sobre a credibilidade das mídias. Ora, se as mídias corporativas não são mais dignas de credibilidade, abre-se campo para que outras informações, eventualmente falsas ou não acuradas circulem.

Gomes e Dourado (2019) discutem *fake news* como um fenômeno de comunicação política que surge na interseção entre jornalismo, política e democracia. Os autores destacam que a disseminação de *fake news* está intrinsecamente ligada às dinâmicas das redes sociais, onde algoritmos e modelos de engajamento privilegiam conteúdos emocionalmente carregados e polarizadores. Eles apontam para o impacto direto dessas dinâmicas no funcionamento da democracia, particularmente na manipulação da opinião pública e no enfraquecimento do debate racional.

Renê Braga (2018) amplia a discussão ao situar *fake news* dentro de uma indústria mais ampla, na qual a desinformação não apenas prolifera, mas também alimenta discursos de ódio. Segundo Braga, *fake news* são instrumentos utilizados para legitimar narrativas que promovem preconceitos e deslegitimam grupos minoritários, funcionando como armas simbólicas em contextos de disputa política e cultural.

Arduino e Lopes (2020) exploram *fake news* no contexto específico das eleições presidenciais brasileiras de 2018, ou seja, num cenário posterior ao do Movimento Ocupe Estelita, no qual a própria noção de *fake news* já está mais consolidada e amplamente em uso. Os autores analisam como narrativas como a do chamado “kit gay” foram construídas estrategicamente para mobilizar emoções e reforçar estruturas de poder e dominação. Essa abordagem evidencia a dimensão discursiva das *fake*

news, na qual o objetivo vai além da manipulação informativa, buscando consolidar ideologias e hegemonias políticas.

Wardle e Derakhshan (2017) oferecem uma contribuição fundamental ao proporem o conceito de “desordem informacional”, que classifica *fake news* em três categorias: desinformação (conteúdo falso criado para causar dano), informação maliciosa (conteúdo real usado fora de contexto para prejudicar) e informação errônea (erros não intencionais). Essa tipologia destaca a pluralidade do problema e a necessidade de soluções que considerem tanto as fontes quanto os meios de propagação.

Em síntese, *fake news* configuram um fenômeno multifacetado, atravessado por interesses políticos, dinâmicas tecnológicas e disputas simbólicas. Combatê-las requer uma abordagem interdisciplinar que articule educação midiática, regulação das plataformas digitais e o fortalecimento do jornalismo como pilar da democracia. Assim, a reflexão sobre o tema permanece central para entender e mitigar os desafios impostos pela era da informação. Daí a relevância de em contextos como o deste artigo indicarmos contextos que possam levar a reflexões sobre os ecossistemas comunicacionais que podem favorecer a eclosão de *fake news*.

3 SILENCIAMENTO E O CASO OCUPA ESTELITA

No Brasil, os protestos ocorridos em 2013 e as eleições presidenciais de 2018 são exemplos de momentos nos quais a mídia tradicional concorreu com canais como “Mídia Ninja”, “A Voz da Comunidade”, “Movimento Brasil Livre” (MBL) e blogs como o de Luis Nassif, ou o de Olavo de Carvalho, que na época se apresentavam como independentes da visão editorial dos grandes veículos. De modo completamente autônomo informações relevantes e que servem para pautar a mídia têm circulado nas redes sociais há cerca de uma década, como demonstrou o uso do Twitter e do Facebook na chamada Primavera Árabe (2010).

No Recife, situação semelhante pode ser exemplificada através do histórico do Movimento Ocupa Estelita, que há uma década utilizou as redes digitais para

burlar o agendamento dos veículos de comunicação locais. Criado com a intenção de pressionar a modificação do projeto planejado por um consórcio de construtoras (Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos) para um terreno de 101,7 mil metros² localizado entre o Bairro de Santo Antônio e a Zona Sul da cidade, o Ocupe Estelita recorreu às redes sociais para se comunicar com a sociedade civil. A disputa pelo destino da região envolveu interesses econômicos, debate sobre desenvolvimento urbano e sobre as noções de espaço público e privado.

A cobertura dos jornais locais sobre o tema e a ocultação nesta cobertura do próprio Movimento Ocupe Estelita apontou para uma escolha narrativa em que uma das partes interessadas no destino da região foi silenciada e privilegiou-se o olhar das empreiteiras sobre o destino do caso em que uma falsa dicotomia entre “desenvolvimento e atraso”, “utilidade e abandono”, “progresso e estagnação” foi enfatizada como forma de defender empreendimento em detrimento dos argumentos apresentados pelos manifestantes. No sentido de escapar do silenciamento, o movimento Ocupe Estelita buscou formas de mobilização e de divulgação próprias, driblando a exclusão do assunto da pauta dos veículos de comunicação locais, tentando desvincular-se, sempre que possível, da ideia de “atraso”. Entender como a imprensa se posicionou diante de um movimento abertamente contra um empreendimento milionário e que, de fato, impediu a obra de acontecer durante alguns anos, é importante para compreender também os mecanismos de funcionamento da mídia corporativa, suas possibilidades de transbordamento e suas implicações positivas, como aconteceu por um tempo para o movimento Ocupe Estelita, ou negativas, como no caso da possibilidade de disseminação de *fake news* ao se fugir do crivo da mídia corporativa.

Delimitou-se inicialmente um período de coleta para que se pudesse investigar, sob a luz da noção de silenciamento, a cobertura feita pelos três principais jornais diários impressos em circulação no Estado de Pernambuco. O período analisado foi o da ocupação do terreno do Cais José Estelita por parte dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita para impedir a demolição de armazéns de açúcar pelo consórcio. A

ocupação foi iniciada em 21 de maio de 2014 e terminou em 17 de junho do mesmo ano, após cumprimento de mandado de reintegração de posse pela Polícia Militar de Pernambuco.

Com a determinação do período a ser analisado, surgiu a necessidade de verificar, para termos de comparação, se os jornais diários pernambucanos estavam cobrindo assuntos relacionados aos temas urbanismo, construção civil e ocupação urbana e ainda se noticiavam assuntos relacionados ao Cais José Estelita durante e após a ocupação do terreno. Tal necessidade ampliou amostra, para o período de 1º de maio a 30 de junho de 2014. A pesquisa restringiu-se às edições impressas destes jornais, todos em circulação na época. A coleta foi realizada nos acervos do Arquivo Público de Pernambuco, da Biblioteca Pública Estadual e também através de acesso a arquivos de PDF páginas impressas disponibilizadas pelo Centro de Documentação do Diário de Pernambuco (CEDOC).

Cabe destacar, antes de prosseguirmos que a ocupação do Cais José Estelita foi coberta na imprensa internacional por veículos como *El País*, *The Guardian* e nas redes *Al Jazeera* e BBC. O que demonstra sua adequação aos critérios de noticiabilidade definidos por Traquina (2002, p. 63) como:

(...) o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia”.

Assim, a ocupação de 30 dias do Cais José Estelita era tema dotado de valor-notícia, algo percebido pelos veículos internacionais. Na prática, o silenciamento realizado pelos jornais locais não significou ausência de cobertura sobre os acontecimentos relativos ao caso Estelita, mas implicou na supressão de temas e acontecimentos, o que prejudicou a compreensão sobre o que estava acontecendo na cidade, embora fosse possível acompanhar a ocupação em tempo real, por assim

dizer, indo-se à região do cais e conversando-se com os manifestantes que nos jornais raramente foram entrevistados, identificados, ou mesmo tiveram espaço nas diversas publicações analisadas, que privilegiaram a narrativa das construtoras do Consórcio Novo Recife.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos metodológicos utilizou-se uma coleta dos registros nos três principais jornais de Pernambuco (Jornal do Comércio, Folha de Pernambuco e Diário de Pernambuco) sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita em Recife por manifestantes entre 21 de maio e 17 de junho de 2014. Foi feito o levantamento de todas as matérias produzidas nesse intervalo de tempo que mencionassem o Movimento Ocupe Estelita, as construtoras ou a ocupação. Para a coleta propriamente dita foi levantado material de 1º de maio a 30 de junho de 2014. A pesquisa restringiu-se às edições impressas destes jornais, todos em circulação na época. A coleta foi realizada nos acervos do Arquivo Público de Pernambuco, da Biblioteca Pública Estadual e do Centro de Documentação do Diário de Pernambuco (CEDOC).

Em seguida as matérias coletadas foram tabuladas e agrupadas conforme o conteúdo apresentado dialogava com a questão da ocupação do terreno procedendo-se uma análise documental como propõem Silva e Madeira (2018). Ao tratarem do Movimento paulistano de 1932 os autores apontam para a análise dos jornais como documentos capazes de refletirem o espírito de determinado tempo, premissa que seguimos aqui ao tecermos apontamentos sobre como os jornais pernambucanos trataram o Movimento Ocupe Estelita. Buscou-se ainda compreender como se deu essa cobertura e se as vozes de todas as partes envolvidas no debate estiveram representadas nas pautas da mídia corporativa. Silva e Madeira (2018) destacam o papel dos jornais como espelhos do espírito de seu tempo — uma premissa que também orienta esta pesquisa ao examinar como os jornais pernambucanos representaram (ou ocultaram) o Movimento Ocupe Estelita. A partir disso, buscou-se compreender

como se deu essa cobertura e se as vozes de todas as partes envolvidas no debate estiveram, de fato, representadas nas pautas da mídia corporativa.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

Ainda que não haja uma contagem oficial, estima-se que ao menos uma centena de pessoas permaneceu acampada no terreno do Cais José Estelita em 2014. A ocupação coincidiu com a realização de fases da Copa do Mundo de Futebol na capital Pernambucana, o que gerou transtornos tanto para manifestantes quanto para torcedores. A ocupação, contudo, ficou à margem do jornalismo local que se negou a apurar e noticiar adequadamente os acontecimentos que então convulsionavam a cidade. Indo além, como explicar não haver uma linha sobre o início da ocupação do Estelita nas páginas do jornal Folha de Pernambuco, por exemplo, mas ver registrada a publicação de um anúncio de página inteira dos investidores do projeto relatando sua versão dos fatos no mesmo jornal?

A ocupação começou no dia 21 de maio de 2014, depois que um integrante do grupo Direitos Urbanos, passou em frente Cais José Estelita e percebeu que a demolição dos antigos armazéns de açúcar da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.) havia começado sem aviso prévio. Este cidadão disparou um alerta através do Facebook, o que deu início, primeiro a uma mobilização no local, depois ao acampamento em si. O acampamento foi mantido até o dia 17 de junho quando o Batalhão de Choque da Polícia Militar cumpriu o mandado de reintegração de posse que havia sido expedido pela Justiça no dia 30 de maio, mas ainda não fora executado, por conta de uma liminar impetrada pelo Ministério Público de Pernambuco, cuja validade caiu no dia 15 de junho.

O assunto, pelo menos em teoria, atenderia os critérios de noticiabilidade que, segundo Traquina (2002, p. 186-208) poderíamos resumir em: proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado e conflito. Também atenderia a critérios de cobertura, colocando-se questões como: disponibilidade, equilíbrio, visibilidade

e concorrência. E ainda poderia ser enquadrado como acontecimento noticioso excepcional, localizado, com continuação e em desenvolvimento. Minimizar um tema ou silenciá-lo, coloca em questão a credibilidade no jornalismo. Moreira (2007, p.319-342) lembra que o silêncio no jornalismo comunica e foi bastante utilizado no período da Ditadura Militar brasileira para abafar temas polêmicos e a oposição ao regime vigente. Apenas criando estratégias para driblar este silenciamento é que o Ocupe Estelita conseguiu a mobilização necessária para dar voz à sua luta.

A pesquisa realizada mostrou que os acontecimentos relacionados diretamente à ocupação estiveram presentes nas páginas dos jornais locais de forma tangencial. Efetivamente, o assunto aparece nos 61 dias de publicações analisadas. Contudo, os manifestantes – apesar de serem protagonistas da ocupação – tiveram sua voz ocultada, foram silenciados na cobertura jornalística sobre os acontecimentos. A narrativa publicada nos jornais pernambucanos teve como protagonista o Projeto Novo Recife, enquanto ao Movimento Ocupe Estelita coube o papel de coadjuvante.

Batista (2015, p. 55), ao pesquisar sobre as interações no Facebook do grupo Direitos Urbanos, listou ao menos sete dias de atividades organizadas pelo Movimento Ocupe Estelita e pelo grupo Direitos Urbanos no terreno ocupado, além de ações e manifestações realizadas entre 18 de junho e 5 de julho, do lado de fora, embaixo do Viaduto Capitão Temudo, no Cabanga. Os eventos chegaram a reunir até 10 mil pessoas no local, segundo os organizadores. Além dos acontecimentos relativos à ocupação, o grupo participava ativamente dos fóruns e negociações sobre a destinação que seria dada à região, ao lado de representantes do Consórcio Novo Recife, do poder público municipal, do Judiciário, do Ministério Público e de outras entidades da sociedade civil organizada.

Batista (2015, p. 36) traça um perfil dos integrantes e da atuação do Direitos Urbanos – principal articulador do Movimento Ocupe Estelita – mostrando que o grupo era atuante fora das redes sociais, formado por pessoas organizadas e

com capacidade de articulação, inclusive conquistando o “direito de participar da comissão instituída em julho de 2013 com o objetivo de elaborar o projeto de lei municipal que criou o Conselho da Cidade do Recife (ConCidade)”. Entretanto, o que pudemos perceber na forma como os três principais jornais de Pernambuco trataram do movimento contraria esta noção de grupo organizado. Dos 85 registros sobre a ocupação nos três periódicos (incluindo vários gêneros jornalísticos – notas, reportagens, colunas, artigos, charges, etc), o Movimento Ocupe Estelita foi citado 40 vezes. Destas, em apenas 18 ocorrências há declarações de representantes, integrantes ou pessoas ligadas ao movimento.

A Folha de Pernambuco teve registros sobre o tema em 23 dias. Destes, em 20 dias os registros foram produzidos pelo jornal (nota, artigo, reportagem, coluna, etc), dos quais em apenas seis momentos o Movimento Ocupe Estelita é citado, sendo três dias com declarações. Na Folha de Pernambuco, em três ocasiões foi publicada apenas publicidade do Consórcio Novo Recife sobre o assunto. Em um dia, a única publicação foi uma nota oficial do Governo de Pernambuco sobre a ação de reintegração de posse do terreno. Ao todo, a Folha de Pernambuco recebeu oito anúncios, sendo sete do Consórcio Novo Recife e um do Governo do Estado.

O Diario de Pernambuco teve 28 registros sobre o assunto. Sendo 27 dias de material produzido pela redação do jornal. Em 16 dias o Movimento Ocupe Estelita foi citado, aparecendo com voz (através do uso de aspas) em seis ocasiões; em duas sendo identificado como Direitos Urbanos. No Diario, foram sete dias com publicidade sobre o tema, totalizando 12 páginas de conteúdo pago, sendo 11 com publicidade do Consórcio Novo Recife e um registro de nota oficial de apoio das entidades empresariais do setor de construção civil, assinada pelo Sindicato da Construção Civil (Sinduscon), pela Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), pelo Secovi (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais) e pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe).

O Jornal do Commercio foi o veículo impresso que dedicou mais espaço para a cobertura do tema no período investigado. Ao todo, foram encontrados 34 dias com registros sobre o assunto, sendo 33 dias com conteúdo produzido pelo periódico. Em 18 dias o Movimento Ocupe Estelita aparece citado enquanto movimento/grupo organizado. Destes, em nove dias há declarações de representantes do movimento, em uma delas com identificação de Direitos Urbanos. O jornal também registrou uma nota oficial do Governo de Pernambuco e houve quatro dias com publicidade do Novo Recife.

Nota-se então que o evento “ocupação” foi ocultado da cobertura dos jornais pesquisados nos primeiros dias do acampamento. Enquanto a Folha de Pernambuco ignora o início da demolição num primeiro momento e dá destaque ao embargo da obra pela Prefeitura do Recife, o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio registram o fato, mas de imediato não falam da mobilização dos manifestantes, nem do início da ocupação. O Jornal do Commercio, chega a dizer que através do grupo Direitos Urbanos do Facebook ativistas prometeram acampar no local, embora não tenha tratado da ocupação em si inicialmente. É importante ressaltar que a Folha de Pernambuco registra que existem pessoas se manifestando contra o Projeto Novo Recife pela primeira vez apenas no dia 30 de maio de 2014, numa nota sobre a reintegração de posse. Na ocasião, o movimento é chamado apenas de “movimento contrário à obra”.

No Diário e no Jornal do Commercio, os primeiros indicativos de que existiam pessoas que se opunham ao projeto imobiliário aparece logo no dia seguinte à ocupação, com o marcador textual genérico de “pessoas contrárias ao projeto”. A primeira vez que o nome Movimento Ocupe Estelita aparece no Jornal do Commercio é em 29 de maio de 2014, no Caderno C – numa nota a respeito do apoio da atriz Leandra Leal ao movimento. No Diário de Pernambuco, a primeira ocorrência e fala de integrantes do Movimento acontece em 30 de maio. Mesmo sem ser identificada como integrante do Ocupe Estelita, a advogada Liana Cirne é

entrevistada pela reportagem, enquanto o termo “Ocupe Estelita” é citado numa nota do roteiro cultural da cidade, no caderno Viver.

É interessante notar que ainda que silenciados enquanto movimento organizado, os manifestantes são citados na produção de conteúdo informativo dos jornais. Aos ativistas foram destinadas palavras que generalizavam a sua condição e os colocavam apenas como antagonistas às obras do Projeto Novo Recife. O Ocupe Estelita aparece na maior parte das citações como grupo de pessoas que esperam um encaminhamento para a questão ou como grupo contrário ao empreendimento, a eles são imputados os verbos protestar, ocupar, contrariar.

Analisando a forma como os ativistas foram citados na cobertura jornalística, destaca-se o tratamento dado ao Novo Recife. O Consórcio apareceu desde os primeiros registros com uma voz ativa nos acontecimentos. Essa voz é refletida nas chamadas, títulos e manchetes e concede ao grupo empresarial capacidade de ação. Assim, são associados ao Consórcio/Projeto Novo Recife os verbos: receber, ter, significar, beneficiar, criar, afirmar, dialogar, preocupar e gerar (empregos), entre outras ações que o colocam de forma ativa na narrativa. Entre os 85 registros encontrados, o Novo Recife aparece em 67 ocasiões e o Movimento Ocupe Estelita em 40 (considerando-se que as ocorrências se sobrepõem). Nas 18 ocorrências em que integrantes do Ocupe Estelita ganham espaço para falar, isso se dá com declarações com aspas no texto. É interessante pontuar que essa tendência de publicar a fala dos manifestantes acontece principalmente com a proximidade da ação de reintegração de posse, com a maior parte dos registros (10) nos três dias seguintes à ação da Polícia Militar. Nestes casos, as declarações são principalmente queixas contra a violência policial, a falta de diálogo com os manifestantes e as prisões de pessoas que estavam acampadas. Assim, os integrantes do Movimento Ocupe Estelita – quando receberam espaço de fala tiveram destacados seus argumentos em oposição ao Governo do Estado, à Polícia Militar e à Prefeitura do Recife. Enquanto ao Consórcio Novo Recife coube a posição de se colocar “aberto ao diálogo”.

Também foi objeto de observação como se deu a veiculação publicitária do Consórcio Novo Recife nos jornais investigados, tendo os anúncios muitas vezes dialogado com a cobertura jornalística e também com o debate que acontecia nas redes sociais. Os comunicados e páginas de esclarecimento pagas sobre o projeto deram ao Consórcio Novo Recife um espaço adicional de destaque nas publicações e ressaltaram como o poder econômico das construtoras permitiu a elas uma narrativa própria dos fatos, dentro das páginas dos jornais, contada em paralelo ao que era noticiado sobre os acontecimentos.

Publicada geralmente nos cadernos de Política, a publicidade do Novo Recife ultrapassou o número de vezes em que o Movimento Ocupe Estelita teve sua voz registrada na cobertura jornalística. Observamos um total de 19 publicações de caráter publicitário (entre anúncios e comunicados do Consórcio Novo Recife nos três jornais no período pesquisado), enquanto o Movimento Ocupe Estelita apareceu com falas de seus integrantes 18 vezes no mesmo espaço de tempo.

De um modo geral, a cobertura da ocupação do Cais José Estelita, embora em si não tenha trazido ou tratado informações faltas, impõe silenciamentos sobre o tema que apontam para certo esvaziamento e descrédito da mídia corporativa que pode contribuir com a eclosão das *fake news* enquanto fenômeno social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a cobertura dos jornais pernambucanos sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita pelo Movimento Ocupe Estelita, em 2014, explicita não apenas como os interesses comerciais das empresas de mídia muitas vezes se sobrepõem ao interesse jornalístico, mas também como é possível silenciar um assunto ou um segmento da sociedade por completo, mesmo considerando o valor notícia dos acontecimentos. A cobertura inadequada dos jornais a respeito de questões que podiam ser verificadas pelo público e a relação evidente da mídia corporativa – através dos anúncios, pelo menos – com o Consórcio Novo Recife, assim como a circulação

de informações nas redes sociais, na tentativa de burlar o silenciamento midiático indicam o esvaziamento paulatino do jornalismo tradicional, o que parece ter aberto espaço para eclosão das *fake news*. Efetivamente tratou-se aqui das distorções que os silêncios e silenciamentos impetrados pela mídia pernambucana provocaram na cobertura do Caso Estelita, como isso teve implicações jornalismo. Ventila-se aqui a hipótese, de que a perda de credibilidade da mídia corporativa junto ao público foi um dos fatores que permitiu que *fake news* se tornassem um fenômeno social tão importante colocando em cheque o próprio jornalismo.

A maior parte da receita dos jornais não vem da venda avulsa de exemplares, mas dos anunciantes, formados pelo poder público e pela iniciativa privada – na qual as construtoras têm um papel importante no faturamento. Ainda hoje, os jornais pernambucanos mantêm um caderno semanal dedicado apenas a lançamentos imobiliários e reportagens sobre o setor da construção civil, com anúncios de edifícios e classificados sobre imóveis para vender e alugar. Não é possível ignorar também que entre os donos dos jornais há empreendedores da construção civil, proprietários de terras e empresários de outros ramos da economia, cujos interesses não passam ao largo da linha editorial dos veículos de comunicação.

Sem embargo, o contexto mais amplo para o seu surgimento, o descrédito do jornalismo tradicional, é em grande parte culpa da própria mídia corporativa que fez com que o público, assim que percebesse que aquilo que este tipo de mídia veiculava não era propriamente verdade, para dizer o mínimo, ou que ocultava partes da verdade, como no caso do silenciamento, recorresse a outras fontes de informação que pareciam dizer a verdade. Mas nem tudo o que reluz é ouro, às vezes são *fake news*.

Constatar o silenciamento é diagnosticar como um discurso – que em sua origem tem como principal motivação o interesse social, como supõe-se que deveria ser o trabalho da imprensa – seja utilizado para reafirmar uma narrativa que privilegia as classes dominantes. Como nos lembra Van Dijk (2017), para controlar o discurso é

preciso controlar os contextos e foi exatamente um caso de controle do contexto o que pudemos observar na cobertura dos jornais locais sobre a ocupação.

Esse silenciamento pode ser percebido em dois momentos da cobertura jornalística. O primeiro, em que se tentou silenciar o assunto demolição dos armazéns/ocupação, com uma exclusão dos manifestantes e de qualquer citação ao Movimento Ocupe Estelita do conteúdo publicado. E o segundo, quando o assunto se impôs pela sequência de fatos (embargo da obra, audiências públicas, liminares judiciais). Assim, o silenciamento aconteceu não com a falta de citações ao Movimento Ocupe Estelita e ao Grupo Direitos Urbanos, mas com a omissão de suas demandas e das vozes de seus representantes das pautas. Na verdade, a cobertura jornalística dos veículos de imprensa pernambucanos aconteceu num movimento de pêndulo, em que o foco foi deslocado para o Consórcio Novo Recife/Projeto Novo Recife e no qual os manifestantes, inicialmente excluídos da pauta, foram aparecendo como coadjuvantes de um debate no qual não tiveram voz, até o momento em que foram expulsos do terreno ocupado. Neste momento, então, passaram a ser ouvidos – mas não em relação a sua demanda principal (questionar o modelo de ocupação urbana da cidade), e sim defendendo-se da violência policial que ora os colocou como vítimas do confronto, ora como provocadores das ações da polícia.

O silenciamento imposto ao Movimento Ocupe Estelita revela um comprometimento das empresas jornalísticas com os detentores de poder econômico e simbólico e dá uma sinalização dos motivos pelos quais meios informativos considerados alternativos e também sites de divulgação *fake news* terem ganhado relevância na atualidade. Se não é possível acreditar no que a mídia tradicional diz, talvez seja mais fácil acreditar nas “notícias” que dizem o que “eu” quero ler, que se encontram com o ponto de vista já que agrada a cada leitor como ponto de partida.

Se considerarmos que o silêncio, ou a política do silêncio é passível de acontecer noutros temas de interesse da sociedade, é possível supor, também, que a imprensa, enquanto instituição, em alguns momentos abre mão do seu papel social

em função da manutenção do status quo, algo que atinge de forma grave o paradigma da credibilidade do jornalismo. Ao fim e ao cabo tornou-se uma disputa de quem monopoliza *fake news*, será isso? Ou o jornalismo terá tempo de através de agências de *fact-checking* e outros recursos – como por exemplo o bom e velho jornalismo – reconquistar certo lugar de confiança na sociedade? Uma forma de coibir *ake news* parece estar no estímulo a ambientes midiáticos saudáveis, nos quais usuários das redes, empresas de comunicação e agências independentes coexistem. Neste sentido, discutir o monopólio dos meios de comunicação, na internet ou fora dela também é relevante. Ademais, é preciso informar as audiências sobre *fake news*. Veículos tradicionais, plataformas digitais, produtores independentes, governos, universidades e escolas, em resumo, múltiplos agentes devem se envolver e informar o público sobre o que são *fake news* e sobre a necessidade de combatê-las. Contudo, o enfrentamento ao problema é bem menos complexo do que parece. Não se trata de atizar fogo com fogo, de vigiar e punir ainda mais, mas de criar mecanismos para que *fake news*, na medida do possível, esgotem-se em si e por si só.

REFERÊNCIAS

AMORIM, E.B. **Os silêncios e a cobertura midiática da Copa do Mundo em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ARDUINO, L. G.B.; LOPES, M.O. Entre a comunicação e o discurso: poder e dominação em fake news do kit gay nas eleições presidenciais de 2018. In: RIBEIRO, A.T. (org). **Inovação, comunicação e tecnologia: arranjos e mutações em contexto de sociedade da informação**. 1ed. Curitiba: Bagai, 2020.

BATISTA, M.D.G. **Entre a rede e a comunidade: interação e comunicação nos grupos do Facebook – o caso do Direitos Urbanos**. Tese (Doutorado em Sociologia). UFPE, Recife, 2015.

BOURDIEU, P. The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field. In: Benson, R. and Neveu, E., Eds., **Bourdieu and the Journalistic Field**, Polity Press, Cambridge, 2005.

BENSON, R.; NEVEU, E. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press.

Folha de São Paulo, 2018. **Ultradireita domina 'fake news' nos EUA, diz pesquisa de Oxford**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/ultradireita-domina-fake-news-nos-eua-diz-pesquisa-de-oxford.shtml>>. Acesso em 17 de maio de 2023.

BRAGA, R.M.C. A indústria das fake news e o discurso de ódio. In: PEREIRA, Rodolfo Viana (org.). **Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio**, volume I. Belo Horizonte: Instituto para o Desenvolvimento Democrático, 2018. p. 203-220.

GOMES, W.S; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 16 Nº 2, Julho a Dezembro de 2019.

JENSEN, K. B. & ROSENGREN, K. E. Five traditions in search of the audience. **European Journal of Communication**, 5(2), 207-238, 1990. <https://doi.org/10.1177/0267323190005002005>.

FRIAS FILHO, O. O que é falso sobre fake news. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p. 39-44, jan-mar, 2018.

HORNER, P. **Entrevista dada ao Washington Post**. 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/the-intersect/wp/2016/11/17/facebook-fake-news-writer-i-think-donald-trump-is-in-the-white-house-because-of-me/?noredirect=on&utm_term=.bc240c3128e5>. Acesso em 17 de maio de 2023.

MERRIAM-WEBSTER. **The Real Story of 'Fake News'**. 2017. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/words-at-play/the-real-story-of-fake-news>>. Acesso em 16 de maio de 2023.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (orgs). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 184 p., 2013.

MOREIRA, C.B. Censura e Silenciamento no Discurso Jornalístico. In: RIBEIRO, Ana Paula Goular; FERREIRA, Lúcia Maria Alves. (Org.). **Discurso das Mídias: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1995.

SILVA, M.O. **Era tudo mentira a verdade jornalística**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

SILVA, B. O.; MADEIRA, G. M. Análise dos jornais: "O Estado de S. Paulo" e "Diário de Notícias". Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932. **Epígrafe**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 6, p. 165–191, 2018. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v6i6p165-191. Disponível em: <https://revistas.usp.br/epigrafe/article/view/111884>. Acesso em: 30 dez. 2024.

TRAQUINA, N. Os valores-notícia segundo Traquina. In: **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

VAN DIJK, T.A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2007.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Carolina Dantas de Figueiredo

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco e Mestre em Sociologia pela mesma universidade. Professora do Departamento de Comunicação Social e membro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco.

<https://orcid.org/0000-0001-6611-2038> • carolina.figueiredo@ufpe.br

Contribuição: Conceituação, Escrita – revisão e edição.

Juliana do Rego Barros Alves Cavalcanti

Possui mestrado em COMUNICAÇÃO SOCIAL pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2019), graduação em COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1999). Especialização em JORNALISMO E CRÍTICA CULTURAL pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2003).

<https://orcid.org/0000-0002-2946-7638> • jucavalcanti@gmail.com

Contribuição: Investigação, Escrita – primeira redação.

Conflito de Interesses

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Direitos autorais

Os autores dos artigos publicados pela Cadernos de Comunicação mantêm os direitos autorais de seus trabalhos.

Verificação de Plágio

A cadernos mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como por exemplo: Turnitin.

Editora chefe

Cristina Marques Gomes

Como citar este artigo

FIGUEIREDO, C. D. de; CAVALCANTI, J. do R. B. A. Silenciamento nas mídias tradicionais e fake news: o caso Ocupe Estelita como ponto de partida para uma reflexão sobre o tema. **Cadernos de Comunicação**, v. 29, p. e 87387, 2025. DOI: 10.5902/2316882X91362. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/87387>. Acesso em: XX/XX/XXXX